



Márcio Macedo apoia instalação de usina nuclear sergipana se Déda quiser

Crise mundial pode inviabilizar projeto, mas secretário de Meio Ambiente diz que respeitará decisão do governador

A absurda possibilidade de implantação de uma usina de energia nuclear em solo sergipano – que demandaria o investimento de US\$ 4 bilhões – parece ter sido soprada para um futuro bem distante, quando a crise internacional ocupa o centro dos debates políticos em Aracaju, em Sergipe, no Brasil e em quase todo o mundo. Apesar de reconhecer a importância do investimento em fontes de energia renováveis, como a energia solar e a eólica, o secretário de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, Márcio Macedo, PT, não titubeia em apoiar a construção da usina, se esta for a vontade do governador Marcelo Déda, PT, que já deu sinais de que não está nem aí para os perigos que isto implica. “Essa decisão será tomada pelo governador. Não será por mim. Enquanto princípio, eu tenho opinião favorável às energias re-

nováveis, mas um debate está sendo feito e a gente não tem que ter preconceito nem ambiental, nem econômico para fazer uma discussão aprofundada e transparente”, diz o secretário, num tom quase de quem está do lado da permissão.

A usina que deve se chamar Guararapes, e se for realmente implantada em Sergipe será entre a Foz do Rio São Francisco e a Usina de Xingó, vai produzir mil megawatts de potência, e começaria a funcionar em 2017. Sergipe tem sido citado como forte candidato para receber a usina, especificamente na região do baixo São Francisco, pela disponibilidade de uma fonte de água importante para o resfriamento dos reatores e pela facilidade de acesso ao sistema de transporte. O vizinho Estado alagoano também pode receber o projeto e, segundo Márcio Macedo, se isso se concretizar, o ris-



■ ARQUIVO CINFORM / TARCISIO DANTAS
■ Macedo: depende de Déda

co de desastres ambientais para Sergipe é o mesmo – contaminação da água, morte de plantas, peixes, animais e pessoas e infestação do solo com lixo radioativo, a exemplo do acidente com o Césio 137, que aconteceu em 1987, na cidade de Goiânia, que vitimou quatro pessoas e deixou um rastro de contaminação. Ou ainda a sombra triste de Chernobyl, na Rússia.



I ENERGIA PRA QUÊ?

O coro que se contrapõe à concretização da obra vem sendo orquestrado, principalmente, pelo deputado estadual Wanderlê Correia, PMDB. Juntando-se a ele, o deputado federal Iran Barbosa, PT, que segue uma linha de independência dentro do partido, tendo liberdade para criticar qualquer projeto do Governo Lula com o qual não concorde, tem feito críticas em público à proposta. Iran Barbosa diz que o pior do projeto é que, além de apresentar todos os riscos à vida e à natureza, não trará melhoria às condições de vida do sergipano. “Essa é uma matriz energética ultrapassada, perigosa e concentradora. Isso não se reverterá em emprego da mão-de-obra local. Com baixo número de profissionais especializados, empresas de fora serão contratadas. Isso só concentra riqueza, diferentemente do aproveitamento

da energia solar, que inicialmente exige um bom investimento e depois não traz nenhum prejuízo ambiental”, defende.

Segundo dados do Ministério de Minas e Energia – MME –, a criação de novas fontes energéticas é necessária para satisfazer o crescimento da demanda por energia elétrica. Estima-se que até 2015 seja preciso a expansão da capacidade de geração em cerca de 3 mil megawatts por ano. Por este motivo é que o deputado Iran Barbosa acredita que o debate envolve questões mais profundas de cunho ideológico. “O importante não é só pensarmos na possibilidade de ter ou não a usina de energia atômica, mas o que se pretende fazer com esta energia. O que se ganha e o que está em risco com ela? Nunca produziremos a quantidade de energia suficiente para o capitalismo. O desequilíbrio é inerente a esse sistema. Ou repensamos

este modelo, ou ficaremos perdidos”, avalia o deputado.

Mesmo em tempos de cortes de gastos e enxugamento de folhas de pagamentos e Cargos de Comissão pelo Brasil afora, caso o Governo Lula bata firme com o pé em torno da questão e persista no interesse de implantar a usina de energia nuclear em solo sergipano ou alagoano – já que é o mesmo rio que divide as margens dos dois Estados –, a construção ainda tem outro obstáculo a enfrentar: a constituição sergipana. Especificamente no parágrafo 8 do artigo 232, a constituição estadual não permite o uso ou manipulação deste tipo de energia em nenhuma hipótese. A proibição estabelecida não existe por acaso, ela serve para barrar a concretização de qualquer obra inconsequente capaz de alterar definitivamente o meio ambiente brasileiro e sergipano.